

**RELATÓRIO DE
EDUCAÇÃO
FISCAL
2023**






SUMÁRIO

- **Apresentação.....3**
- **Legislação.....4**
- **Quadro Resumo das Capacitações.....5**
- **Organograma.....8**
- **Atividades e Projetos 2023.....9**
- **Mídia e Imprensa.....36**
- **Expediente.....42**

APRESENTAÇÃO



O ano de 2023 foi intenso em atividades para equipe da DRCM/RE (Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios da Receita Estadual), responsável pelo Programa de Educação Fiscal (PEF) do RS. As atividades tiveram início ainda no final de 2022, com a revisão da missão e planejamento do ano seguinte, ano em que o Programa completaria 20 anos de existência.

A missão do Programa de Educação Fiscal ficou assim definida: “Ser agente transformador na promoção de uma sociedade livre, justa e solidária”, alinhada aos objetivos fundamentais da República expressos no artigo terceiro da Constituição Federal. Em função do aniversário de duas décadas de existência do Programa, foi programada uma extensa lista de atividades a serem executadas durante o ano de 2023, culminando com a ousada realização de um Congresso Latino-Americano de Educação Fiscal.

E a programação foi sendo cumprida, em uma movimentação intensiva de atividades e eventos durante o ano de 2023. Conforme detalhamento neste Relatório de Atividades, foram disponibilizados e realizados diversos cursos em EAD, participação em 18 Seminários presenciais de Educação Fiscal em diferentes municípios gaúchos, bem como participação em eventos realizados ao vivo com transmissão instantânea.

O RS foi o Estado com o maior número de projetos de educação fiscal inscritos no Prêmio Nacional de Educação Fiscal, com destaque para “O Jardim dos Tributos”, premiado no concurso e originado em um dos cursos EAD realizados pela DRCM. Cabe destacar também o projeto “Sapiência e Enrolado”, que utiliza a arte e a música como instrumento de aprendizagem, com ótima repercussão nas escolas em que foi possível apresentá-lo.

O encerramento do ano com “chave de ouro” ocorreu com a realização do “1º Congresso Latino-Americano de Educação Fiscal”, realizado de forma presencial no Teatro da PUC em Porto Alegre, com aproximadamente 500 participantes. As palestras e apresentações usadas no Congresso estão disponíveis na página do PEF, visando a contínua divulgação dos conteúdos de Educação Fiscal.

O detalhamento das atividades encontra-se no Relatório ora apresentado. Desejamos uma boa leitura!



LEGISLAÇÃO

O Programa Estadual de Educação Fiscal do Rio Grande do Sul, regulamentado pela Lei nº 11.930/2003, faz parte do Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF, que visa promover e institucionalizar a educação fiscal para o pleno exercício da cidadania. Tem como objetivos: prestar informações aos cidadãos quanto à função socioeconômica dos tributos, levar conhecimentos aos cidadãos sobre administração pública, alocação e controle de gastos públicos, incentivar o acompanhamento pela sociedade da aplicação dos recursos públicos, criar condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o cidadão e promover ações integradas de combate à sonegação fiscal.

Desde junho/2019, quando houve a extinção de todos os colegiados pelo Decreto Federal nº 9.759, de 11/04/2019, o Estado do Rio Grande do Sul passou a integrar o Grupo de Trabalho GT66, criado no âmbito da COTEPE/ICMS, órgão integrante da política fazendária – CONFAZ, através do Protocolo ICMS nº 44, de 29/07/2019 - Confaz, com regulamentação complementar do ATO COTEPE/ICMS 37/19, de 29/07/2019, depois substituído pelo ATO COTEPE/ICMS nº 48, 04/09/2019, dispondo sobre os grupos e subgrupos de trabalho da Comissão Técnica Permanente COTEPE/ICMS. Observadas as diretrizes nacionais do PNEF, cada Estado tem responsabilidade na implementação de ações, definindo suas estratégias de acordo com a realidade regional.

No Rio Grande do Sul, o Estado trabalha o Programa de Educação Fiscal sob o escopo do Programa de Integração Tributária – PIT.

O PIT se desenvolve através de um convênio que prevê cinco grupos de ações operacionalizadas entre Estado e Municípios, entre elas as ações de Educação Fiscal. Instituído pela Lei nº 12.868/2007, tem como objetivo incentivar e avaliar as ações municipais de interesse mútuo dos municípios e do Estado no crescimento da arrecadação do ICMS.

Entre as ações previstas está a implementação de projetos pedagógicos que tratem de forma transversal os temas da Educação Fiscal no currículo escolar, de forma a promover o desenvolvimento de uma consciência fiscal, um ambiente de conhecimento e valorização dos bens e serviços públicos advindos dos impostos, a concorrência justa entre as empresas pelo combate à sonegação e o controle social do cidadão sobre os recursos públicos.

QUADRO RESUMO DAS CAPACITAÇÕES - EAD

Cursos	Início	Final	Alunos	Aprovados	%	NSC
Turma Volante Municipal - Turma 01	14/03/2023	10/04/2023	161	110	68%	9,42
Turma Volante Municipal - Turma 02	03/05/2023	30/05/2023	150	109	73%	9,22
Base Nacional Comum Curricular - Turma 02	03/05/2023	31/05/2023	243	131	54%	
Base Nacional Comum Curricular - Turma 01	21/03/2023	17/04/2023	43	32	74%	9,41
Seção de Coordenação da Produção Primária	21/03/2023	24/04/2023	62	38	61%	9,08
Apuração do Índice de Participação dos Municípios	21/03/2023	24/04/2023	105	67	64%	9,13
Programa de Integração Tributária	21/03/2023	17/04/2023	85	62	73%	9,46
Prêmio Nacional de Educação Fiscal	06/06/2023	30/06/2023	137	35	26%	
Gestão das Receitas Municipais - Turma 02	07/03/2023	03/04/2023	46	43	93%	9,36
Gestão das Receitas Municipais - Turma 03	21/03/2023	12/04/2023	39	30	77%	9,45
Gestão das Receitas Municipais - Turma 04	04/04/2023	05/05/2023	50	30	60%	9,44
Gestão das Receitas Municipais - Turma 05	18/04/2023	15/05/2023	50	30	60%	9,6
Gestão das Receitas Municipais - Turma 06	02/05/2023	29/05/2023	50	34	68%	8,84
Gestão das Receitas Municipais - Turma 07	30/05/2023	26/06/2023	43	26	60%	9,41
Gestão das Receitas Municipais - Turma 08	20/06/2023	17/07/2023	40	20	50%	8,99
Gestão das Receitas Municipais - Turma 09	11/07/2023	07/08/2023	33	18	55%	9,17
Gestão das Receitas Municipais - Turma 10	01/08/2023	28/08/2023	49	34	69%	9,33
Turma Volante Municipal - Turma 03	25/07/2023	28/08/2023	184	163	89%	9,43
Turma Volante Municipal - Turma 04	31/10/2023	28/11/2023	74	41	55%	9,42
Base Nacional Comum Curricular - Turma 03	08/08/2023	05/09/2023	86	45	52%	9,63
Base Nacional Comum Curricular - Turma 04	26/09/2023	24/10/2023	74	41	55%	9,18
Seção de Coordenação da Produção Primária - Turma 2	22/08/2023	26/09/2023	169	120	71%	9,37
Seção de Coordenação da Produção Primária - Turma 3	07/11/2023	12/12/2023	113	94	83%	9,23
Apuração do Índice de Participação dos Municípios - novo cálculo	14/09/2023	30/09/2023	383	288	75%	9,13
Nota Fiscal Gaúcha entidades - Turma 1	29/08/2023	19/09/2023	889	614	69%	9,49
Nota Fiscal Gaúcha entidades - Turma 2	26/09/2023	24/10/2023	382	129	34%	9,41
Novo PIT - Turma 1	24/10/2023	21/09/2023	247	228	92%	9,32
Novo PIT - Turma 2	21/11/2023	15/12/2023	75	62	83%	9,23
11ª edição do Curso de Extensão em Educação Fiscal e Cidadania	18/05/2023	28/08/2023	578	166	29%	9
3ª edição do Curso de Extensão "Educação e Cidadania Fiscal: um instrumento de justiça e inclusão social"	12/08/2023	02/12/2023	164	41	20%	
			4.804	2.881		

*NSC (Nota de Satisfação do Curso)

QUADRO RESUMO DAS CAPACITAÇÕES – SEMINÁRIOS

Seminários realizados nos municípios gaúchos	Data	Participantes
13º Webinário Nacional De Educação Fiscal: vamos falar sobre o que é a educação fiscal?	07/03/2023	803
1º Seminário Fiscal-Tributário Sefaz-RS	24/04/2023	-
Aula Magna do curso de extensão Educação Fiscal - Web	18/05/2023	292
Seminário Regional de Educação Fiscal e Nota Fiscal Gaúcha "Disseminando Saberes" - Derrubadas	29/03/2023	151
Seminário Regional de Educação Fiscal e Nota Fiscal Gaúcha – Rondinha	30/03/2023	104
III Seminário Regional de Educação Fiscal e Nota Fiscal Gaúcha de São Valentim/RS	31/03/2023	105
Seminário Regional de Educação Fiscal e Nota Fiscal Gaúcha – Cerro Grande	18/04/2023	78
I Seminário Regional de Educação Fiscal em Fazenda Vilanova	27/04/2023	95
Seminário Regional de Educação Fiscal: Atitudes que transformam - Santiago	24/05/2023	206
Seminário Regional de Educação Fiscal e Nota Fiscal Gaúcha "Disseminando Saberes" – Fortaleza dos Valos	26/05/2023	50
I Seminário Regional de Educação Fiscal e Nota Fiscal Gaúcha de Tupanciretã	25/05/2023	267
III Seminário de Educação Fiscal de Poço das Antas	24/05/2023	55
II Seminário de Educação Fiscal de Vale Verde	28/06/2023	209
III Seminário Regional de Educação Fiscal e NFG de Pedras Altas	23/06/2023	-
9º Seminário Regional e 3º Nacional de Educação Fiscal – Santa Maria	28/06/2023	-
III Seminário de Educação Fiscal de Rio Pardo	26/04/2023	159
XVI Seminário de Educação Fiscal de Vera Cruz	23/06/2023	76
Seminário Regional de Educação Fiscal de Brochier	19/07/2023	55
Seminário Regional de Educação Fiscal de Erechim	21/07/2023	438
Seminário Regional de Educação Fiscal pela FAMURS	27/09/2023	84
Seminário Regional de Educação Fiscal de Capão do Leão	29/09/2023	158
Seminário regional de Educação Fiscal de Maratá	11/10/2023	65
Seminário Regional de Educação Fiscal de Chuvisca	17/10/2023	60
Seminário Regional de Educação Fiscal de São José do Norte	07/11/2023	289
Seminário Regional de Educação Fiscal de Tenente Portela	23/11/2023	209
I Congresso Latino-americano de Educação Fiscal – Porto Alegre	23 e 24/11/2023	304
Seminário Regional de Educação Fiscal de Boa Vista do Buricá	29/11/2023	160
Seminário Regional de Educação Fiscal de Município de Rodeio Bonito	30/11/2023	155
Seminário Regional de Educação Fiscal de Lagoa dos 3 Cantos	01/12/2023	56
Evento de Sensibilização sobre as alterações no PIT e IPM	11/09/2023	857
		5.540

Os dados que constam em branco são porque a DRCM não teve acesso à lista de presença do evento.

QUADRO RESUMO – DISTRIBUIÇÃO DE CADERNOS PEDAGÓGICOS

2023					
Tipo de Caderno	1º e 2º anos ALUNOS	1º e 2º anos PROFESSOR	3º a 5º anos ALUNOS	3º a 5º anos PROFESSOR	TOTAL
Estoque Inicial	14827	961	9810	752	26.350
Total de Entregas	9406	622	9810	752	20.590
Estoque Disponível	5421	339	0	0	5.760
nº de Municípios Contemplados	94	91	90	90	
% Municípios do RS	19%	18%	18%	18%	

ORGANOGRAMA



A decorative border consisting of a repeating pattern of small, colorful triangles (red, yellow, blue, green) arranged in a vertical line along the left and right edges of the slide.

Atividades & Projetos de 2023

Pesquisa de Efetividade

Pesquisa sobre a efetividade das ações de Educação Fiscal

A Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios – DRCM da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul – SEFAZ/RS, em parceria com uma empresa contratada, realizou uma pesquisa sobre a efetividade das ações de Educação Fiscal realizadas nos municípios do Estado, no âmbito do Programa de Integração Tributária – PIT. Essa pesquisa teve como objetivo identificar os pontos fortes e as oportunidades de melhoria existentes e, com isso, apoiar a elaboração de novas estratégias para os próximos anos.

O link para resposta ao questionário de coleta de dados foi enviado por e-mail a representantes de Secretarias da Fazenda/Finanças de todos os municípios durante o período de 13 de fevereiro a 10 de março de 2023.

Os principais resultados coletados e percepções foram divulgados no infográfico para fins de conhecimento do atual panorama do Programa de Educação Fiscal.

Agradecemos aos 67 municípios gaúchos que participaram e responderam a pesquisa!



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA

QUEREMOS OUVIR VOCÊ,
gestor municipal!

Durante o mês de fevereiro, iremos realizar uma pesquisa sobre a **efetividade das ações de Educação Fiscal** nos municípios do Estado.

Participe!

Acompanhe o seu e-mail ou entre em contato com a equipe da DRCM para maiores informações.

PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO FISCAL-RS
Aprendendo a ser Cidadão

Pesquisa de Efetividade



PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO
FISCAL-RS
Aprendendo a ser Cidadão



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

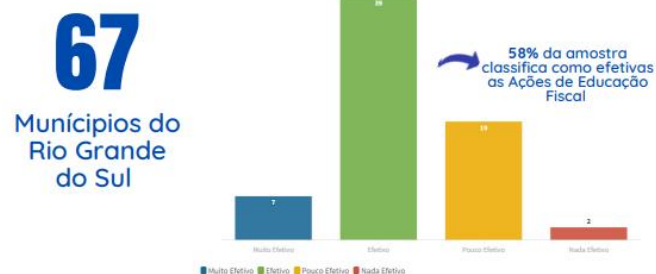
RESULTADOS

PESQUISA DE EFETIVIDADE DAS AÇÕES

A pesquisa de efetividade das ações de Educação Fiscal teve como objetivo identificar os pontos fortes e as oportunidades de melhoria existentes atualmente, e com isso, apoiar a elaboração de novas estratégias para os próximos anos do Programa de Educação Fiscal do Rio Grande do Sul.

Para isso, foram encaminhados questionários aos municípios do Rio Grande do Sul, durante o período de 13 de fevereiro a 10 de março de 2023. Os principais resultados coletados e percepções estão descritas no presente infográfico para fins de conhecimento do atual panorama do Programa de Educação Fiscal.

Efetividade das ações de Educação Fiscal

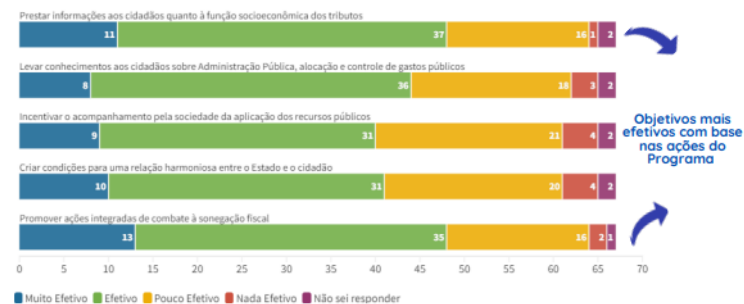


dos municípios possuem legislação sobre a temática de Educação Fiscal



dos municípios possuem servidores responsáveis pelos Programas Municipais de Educação Fiscal em seus quadros

Efetividades dos Objetivos do Programa de Educação Fiscal



Fatores de Sucesso para a execução dos Programas de Educação Fiscal

Engajamento dos atores envolvidos no processo desde professores e alunos, bem como gestores municipais

Atuação das equipes de Educação Fiscal nos municípios para o desenvolvimento de atividades

Envolvimento da comunidade por meio de participação em atividades e com a conscientização sobre os Programas

Obstáculos para a execução das ações

- Baixo engajamento por parte da população para as ações;
- Pouco ou nenhum recurso humano para o desenvolvimento das atividades de Educação Fiscal;
- Pouco ou nenhum recurso financeiro para o desenvolvimento das ações;
- Frequência para a realização das atividades é inadequada.

Sugestões para melhoria da efetividade

- Aumento da frequência das ações focadas em Educação Fiscal e no PIT;
- Engajamento/comprometimento dos diversos níveis da Administração Públicas;
- Engajamento/comprometimento dos professores;
- Equipes de Educação Fiscal mais efetivas e disponíveis para as ações

Caso tenha interesse em saber mais detalhes ou informações acerca da Pesquisa de Efetividade das Ações de Educação Fiscal entre em contato com a equipe da DRCM - SEFAZ/RS

20 anos, nova missão

Programa de Educação Fiscal do RS completa 20 anos e apresenta a sua nova missão

No ano de 2023 foi celebrado o aniversário de 20 anos do Programa de Educação Fiscal do Rio Grande do Sul – PEF/RS, criado oficialmente pela Lei 11.930, de 23 de junho de 2003. Foi um ano de muita alegria para a equipe e para toda comunidade afeita ao tema.

Há duas décadas um grupo especial de pessoas percebeu a importância da Educação Fiscal e teve uma iniciativa, que resultou nesses 20 anos de profícua atuação com diferentes atores e integrantes da sociedade. Aos fundadores do Programa fica registrado o agradecimento especial.

Muito foi construído nessa trajetória e a chegada desse momento de festejar os resultados alcançados também serviu para dar uma parada, avaliar o caminho transcrito, pensar nos próximos passos e até uma possível renovação.

Para auxiliar nesse processo de avaliação e reflexão, foi realizada uma pesquisa sobre a efetividade das ações de educação fiscal e a partir dessas respostas a equipe da Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios - DRCM ficou reunida para definição de valores, visão e missão para o futuro.

A nova missão do PEF/RS é “Ser agente transformador na promoção de uma sociedade livre, justa e solidária”, alinhada ao artigo terceiro da Constituição. Vinte anos se passaram e os desafios permanecem, mas continua a convicção do início: a Educação Fiscal é o caminho para a construção de um futuro melhor para todos.

A visão do Programa também foi renovada com o propósito de “Levar o programa de educação fiscal para os segmentos empresarial, educacional e organizações da sociedade civil”. A base dessas definições encontra-se nos valores da Transparência, Ética e Integridade, Cidadania, Solidariedade e Conhecimento.

20 anos, nova missão

Em comemoração ao aniversário, foi lançado o selo comemorativo de 20 anos do PEF/RS e um novo layout para as edições do Boletim Informativo PIT do ano.

Sobre o selo:

O selo foi desenvolvido à mão livre com o objetivo de ter uma escrita com identidade visual humanizada e referência ao ambiente escolar.

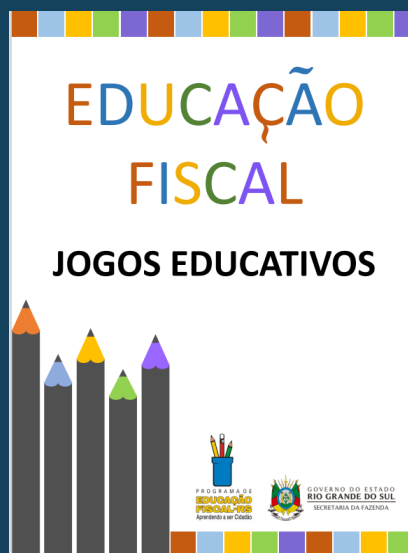


Em comemoração ao aniversário de 20 anos do Programa de Educação Fiscal do Rio Grande do Sul – PEF/RS, criado oficialmente pela Lei 11.930, de 23 de junho de 2003, foi lançado o selo comemorativo de 20 anos do PEF/RS e um novo layout para as edições do Boletim Informativo PIT do ano. Acompanhe no site de Educação Fiscal todas as notícias e eventos! <http://www.educacaofiscal.rs.gov.br/>



Novos materiais pedagógicos

Receita Estadual disponibiliza novos materiais pedagógicos para download



A Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios da Receita Estadual disponibilizou mais um material com o objetivo de auxiliar os professores em suas práticas pedagógicas. O caderno com jogos de tabuleiro na temática da Educação Fiscal foi desenvolvido e organizado pelas estagiárias da equipe, Laura Chemello e Sofia Farret, com a supervisão pedagógica da Técnica Tributária Giane Maria Zago. “Além de desenvolver várias habilidades, esta modalidade de jogos estimula a

interação social, o diálogo e a convivência, pouco alcançados com os jogos eletrônicos”, afirma Giane.

O caderno contém jogo da memória, três quebra-cabeças, dominó, três jogos da velha, e um responde ou passa com 21 perguntas. Todas as figuras dos jogos foram ilustradas à mão livre e retratam

bens e serviços públicos financiados pelos tributos. Este projeto pedagógico tem como objetivo instruir os alunos de forma lúdica sobre o funcionamento de nossa sociedade.

O caderno está disponível para download no site de Educação Fiscal e tem 22 páginas. A orientação é de que cada professor avalie qual jogo vai abordar e imprima apenas as páginas correspondentes, não sendo necessário imprimir todas as páginas do caderno, fazendo uso apenas das páginas do jogo que vai usar.

Conheça os outros materiais disponíveis

Educação Infantil - O caderno “Aprendendo a ser Cidadão – Educação Infantil” está disponível para download gratuito no site de Educação Fiscal na aba “Materiais Pedagógicos” e traz atividades como percepção visual, desenho, colorir, ligar os pontos, alfabeto, formas geométricas, cores, jogo dos 7 erros, caça-palavras, quebra-cabeça, jogo da memória.

Ensino Fundamental 1º e 2º ano – Ainda estão disponíveis versões impressas dos cadernos pedagógicos “Aprendendo a ser Cidadão” para o 1º e 2º ano do ensino fundamental. Solicitações devem ser enviadas via formulário eletrônico ([link](#)).

Ensino Fundamental 3º a 5º ano – Os cadernos “Aprendendo a ser Cidadão” para 3º a 5º ano do ensino fundamental estão disponíveis para download no site de Educação Fiscal na aba “Materiais Pedagógicos”.

Novos materiais pedagógicos

Receita Estadual disponibiliza Caderno Educação Fiscal – Planos de Aula para download

No mês de abril foi realizado o Curso de Educação Fiscal na BNCC que contou com a participação de tutores formados no Curso de Tutoria em Educação Fiscal na BNCC, promovido pela Receita Estadual. Durante o curso, os alunos tiveram contato com diferentes assuntos que tratavam sobre a função social dos tributos, a importância do controle social e da cidadania na construção de uma sociedade mais justa.

Como trabalho de conclusão, os alunos do curso construíram uma proposta pedagógica transversalizando a educação fiscal, através da elaboração de um plano de aula contemplando as diferentes etapas da educação básica.

Os tutores identificaram os planos que se destacaram pela abordagem da temática, organização, aplicabilidade e inovação. Estes planos foram organizados e estão disponibilizados no Caderno Educação Fiscal - Planos de Aula de modo a inspirar os docentes em suas práticas pedagógicas.

No material, é possível conferir 35 Planos de Aulas com a temática da Educação Fiscal, sendo 10 da Educação Infantil, 11 do Ensino Fundamental Séries Iniciais (1º ao 5º), 11 do Ensino Fundamental Séries Finais (6º ao 9º) e 3 do Ensino Médio.

De acordo com a Técnica Tributária Giane Maria Zago, responsável pela supervisão pedagógica do caderno, este material é destinado aos professores e busca trazer exemplos e inspiração para facilitar o trabalho de inclusão da educação fiscal nas práticas pedagógicas.



Conheça também os outros materiais disponíveis para download no site de Educação Fiscal na aba "Materiais Pedagógicos"

Prêmio Nacional de Educação Fiscal

Receita Estadual lançou curso de Formação para Candidaturas para inscrição de projetos no Prêmio Nacional de Educação Fiscal

Buscando auxiliar os professores e incentivar a participação no Prêmio Nacional de Educação Fiscal, a Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios da Receita Estadual ofereceu um curso com orientações para a inscrição de projetos de Educação Fiscal no Prêmio. O curso visou atender uma necessidade diagnosticada pela equipe de que muitos projetos se inscrevem com informações incompletas ou faltantes, o que acaba por prejudicar a sua avaliação.

Em 2023 o regulamento do Prêmio trouxe uma novidade, o Anexo Único, que relacionou dicas para apresentação dos projetos inscritos nas categorias Escolas e Instituições. O objetivo do modelo era contribuir para maior clareza dos projetos e, conseqüentemente, melhorar o processo de avaliação.

“Acreditamos que somando a capacitação deste curso com a inovação do Anexo Único, esta edição de 2023 do Prêmio aumenta muito o potencial dos projetos”, afirmou Tamara Dentee, que promoveu o concurso pelo Programa de Educação Fiscal do Estado.

O conteúdo do curso foi elaborado exclusivamente com base no regulamento do prêmio, e está constituído em quatro módulos: Regulamento; Orientações para apresentação do projeto; Fazendo a inscrição passo a passo; Pensando com a “cabeça” de avaliadores de projeto.

O curso foi ministrado na plataforma EAD Receita Estadual e teve carga horária de 8h. Para concluir o curso e receber certificação o aluno precisava fazer exercícios práticos de elaboração de projeto. O curso ficou disponível até o dia 30 de junho.



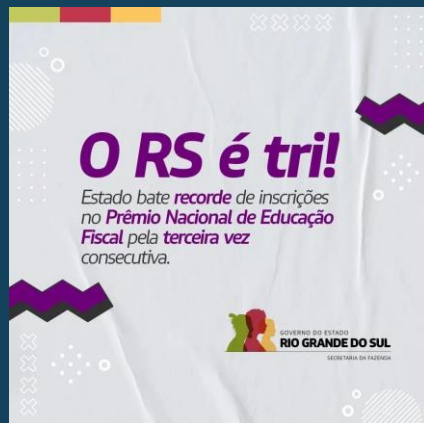
Prêmio Nacional de Educação Fiscal

RS lidera o número de inscrições no Prêmio Nacional de Educação Fiscal

Considerado o principal prêmio de educação do Brasil, o Prêmio Nacional de Educação Fiscal recebeu a inscrição de 254 projetos de escolas, instituições, matérias da grande imprensa e projetos de tecnologia.

Os cinco estados com maior número de inscrições de escolas e instituições foram Rio Grande do Sul (59); Santa Catarina (37); Minas Gerais (34); Pará (23); e Amazonas (12). Mais uma vez, os gaúchos lideram o número de inscritos na premiação.

O estado conta com um importante incentivo para isso: o Programa de Integração Tributária – PIT, instituído pela Lei 12.868 de 2007, que estimula a educação fiscal através do incremento no índice de retorno do ICMS para os Municípios.



Projetos gaúchos foram vencedores no Prêmio Nacional de Educação Fiscal

O Rio Grande do Sul também teve projetos finalistas e vencedores na 11ª edição do Prêmio Nacional de Educação Fiscal.

Na categoria Instituições, com o projeto "Cidadania financeira transforma em sociedade consciente = participativa", a Prefeitura Municipal de Chувиска conquistou o 2º lugar do 11º Prêmio Nacional de Educação Fiscal. Esta é a segunda vez que o município de Chувиска fica entre os finalistas do prêmio, sendo que a primeira indicação ocorreu no ano de 2016.

E na categoria Tecnologia, Bernardo Teixeira Monteiro e Luísa de Oliveira Saraiva, de Bagé (RS), ganharam o 2º lugar com o aplicativo criado com o objetivo de ensinar crianças sobre os tributos.

Na categoria Escolas, a EMEB Alcy Vargas Cheuiche, de Alegrete, conquistou o 3º lugar com o livro "O Jardim dos Tributos".

O Jardim dos Tributos

Conheça o livro infantil “O Jardim dos Tributos”, projeto iniciado no município de Alegrete e que está disponível para acesso de todos

A história, escrita pela professora Patrícia Luciene de Albuquerque Bragamonte e ilustrada pela graduanda em Design de Comunicação Sofia Trevisan Farret, emergiu da necessidade de materiais lúdicos e adequados sobre o tema do tributo e sua função social para crianças da Educação Infantil e dos Anos Iniciais.

Com uma linguagem simplificada e acessível para crianças e com fins didáticos, a autora e a ilustradora buscaram preencher a lacuna de material para esta faixa etária no tema.

Com a parceria e apoio da OXM Tecnologia, empresa de desenvolvimento de softwares, o livro “O Jardim dos Tributos” está disponível para download e pode ser utilizado pelos professores para trabalhar com os temas da Educação Fiscal, nas escolas. É só entrar no [site e baixar!](#)



A história

O Jardim dos Tributos é um livro que fala sobre a existência dos tributos e sua importância em nossa sociedade. A história se volta para o terrível inverno que ameaçava o bem estar dos insetos habitantes do jardim, fazendo com que trabalhassem em equipe (contribuindo com impostos) para fazer melhorias, concedendo alimentos e moradias a todos.

O Jardim dos Tributos

"O Jardim dos Tributos" ganha prêmio na etapa final do 11º Prêmio Nacional de Educação Fiscal

A equipe da EMEB Alcy Vargas Cheuiche, de Alegrete, foi premiada na etapa final do 11º Prêmio Nacional de Educação Fiscal. O evento ocorreu no dia 30 de novembro na Escola Nacional de Administração Pública – Enap, em Brasília.

A escola foi premiada com o 3º lugar na categoria "Escolas", através do Projeto "O Jardim dos Tributos", coordenado pela professora e servidora municipal Patrícia Luciene de Albuquerque Bragamonte e desenvolvido na EMEB Alcy Vargas Cheuiche.

A festividade reuniu autoridades e representantes de iniciativas premiadas de todo o Brasil, no auditório da Enap, em Brasília. Estiveram presentes a coordenadora do projeto Patrícia Luciene de Albuquerque Bragamonte, bem como Neffar Jaqueline Azevedo Vieira de Assis Brasil, Márcio Mombach e Giovanni Vaucher, representantes do Programa Municipal de Educação Fiscal.

O projeto alcançou a pontuação necessária para a classificação final em um dos mais importantes Prêmios de educação no país desde 2012, que busca valorizar projetos com temas a respeito da função social dos tributos, da qualidade dos gastos públicos e do acompanhamento do uso dos recursos.

O projeto "O Jardim dos Tributos" foi desenvolvido com as turmas de educação infantil e anos iniciais da Escola Municipal Alcy Vargas Cheuiche e teve o objetivo de oportunizar o aprendizado sobre os tributos e sua função social de forma lúdica e adequada à Base Nacional Comum Curricular, sendo aprovado na etapa inicial.

A primeira etapa do projeto consistiu na produção da história pela professora Patrícia Albuquerque Bragamonte e das ilustrações pela graduanda em Design de Comunicação Sofia Trevisan Farret, com uma linguagem simplificada e acessível para crianças de 4 a 8 anos e com fins didáticos, buscando preencher a lacuna de material para esta faixa etária na temática idealizada. O livro pode ser acessado gratuitamente a seguir: [O Jardim dos Tributos](#).

Na segunda etapa, no Auditório da Unipampa, foi realizada uma oficina colaborativa com os professores das escolas municipais, estaduais e particulares da rede de ensino de Alegrete, para a elaboração de sequências didáticas na transversalização do material e tema da Educação Fiscal na BNCC. Já a terceira etapa consistiu no trabalho em sala de aula com leitura da história nas turmas de educação infantil e anos iniciais e a realização de



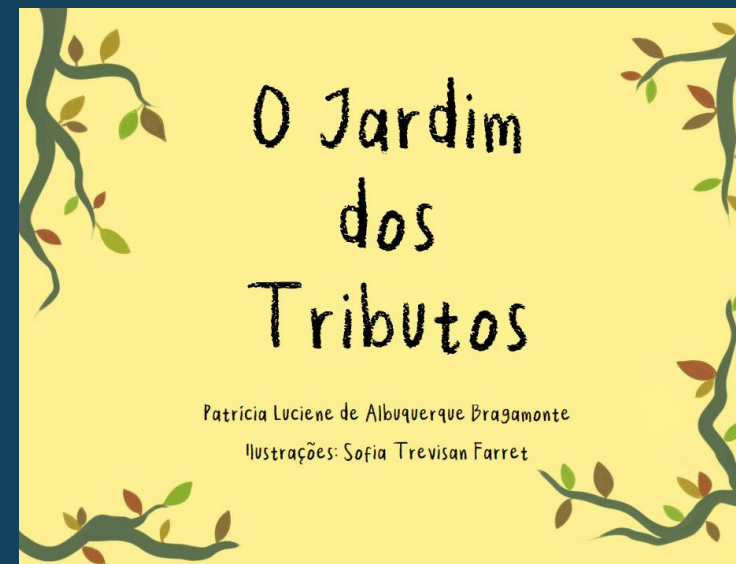
O Jardim dos Tributos

seqüências didáticas que contemplassem as habilidades propostas na BNCC para cada etapa de ensino na transversalização do tema da Educação Fiscal que está foi estudado, a partir do livro O Jardim dos Tributos.

A quarta etapa aconteceu com a 1ª Mostra de Educação Fiscal na socialização das aprendizagens sobre os tributos e sua função social. A Mostra foi realizada no formato itinerante na Escola Alcy Vargas Cheuiche e no Centro Administrativo, contando com a participação dos alunos que foram os autores dos trabalhos, os professores, equipe diretiva da escola, famílias, servidores da Receita Federal, autoridades do Executivo e do Legislativo, estudantes das escolas municipais e estaduais e comunidade em geral. Nos dias 02 e 03 de outubro, os trabalhos puderam ser apreciados no Palácio Ruy Ramos, das 9h às 13h.

Ainda no mês de outubro, a Mostra esteve na Agência Local da Receita Federal e na Câmara de Vereadores, dando visibilidade aos trabalhos dos alunos na disseminação da temática da Educação Fiscal, sensibilizando educadores, educando, autoridades e toda a comunidade para a formação de cidadãos cientes de seus direitos e deveres em relação à sociedade.

No encerramento do Projeto, o livro foi lançado na 42ª Feira do Livro de Alegrete, no dia 18 de outubro.



Novo PIT

Conheça o Novo Programa de Integração Tributária – PIT

A Receita Estadual (RE) publicou, dia 29 de junho, a alteração legislativa referente ao Programa de Integração Tributária (PIT). As mudanças, implementadas por meio da Instrução Normativa RE Nº 047/23, visam trazer uma perspectiva proporcional ao Programa nas ações de combate à sonegação e valorizar o trabalho dos professores em sala de aula nos temas de educação fiscal.

A Instrução Normativa que agora baliza o PIT está disponível para [download](#). O PIT continua tendo uma pontuação semestral de até 100 pontos, distribuídos em 5 grupos:

Grupo	Pont. Máxima
Programa de Educação Fiscal	25
Incentivo à Emissão de Documentos Fiscais	30
Comunicação de Verificação de Indícios	10
Gestão de Informações do Setor Primário	10
Programa de Combate à Sonegação	25

Vamos apresentar as principais mudanças resumidamente e ao final do texto é possível conferir na íntegra como ficou a redação das Ações.

O Grupo I - Programa de Educação Fiscal aumentou em 5 pontos a sua pontuação, tendo agora a pontuação máxima de 25 pontos com um universo possível de 48 pontos, e será formado por 10 ações com destaque para as seguintes alterações:

- As ações de divulgação foram unificadas em uma só, não fazendo mais distinção entre mídia impressa ou digital;
- O trabalho dos professores ganha valorização, sendo que o projeto pedagógico desenvolvido em sala de aula dobrou a pontuação e agora vale 10 pontos na Ação 1.05;
- As ações relacionadas nas ações 1.06, 1.07 e 1.09, que são de promoção de seminários, concurso e legislações sobre Educação Fiscal, valerão no semestre de realização e no semestre seguinte, bastando apresentar o parecer do semestre anterior para pontuar novamente e não sendo mais limitado ao mesmo ano civil.

Novo PIT

O Grupo II - Incentivo à emissão de documentos fiscais, conhecido por ser o grupo de ações referentes ao Programa Nota Fiscal Gaúcha, agora terá pontuação máxima de 30 pontos com um universo possível de 55 pontos, e será formado por 05 ações com destaque para as seguintes alterações:

- A Ação 2.01 referente a sorteio próprio com troca de NF por cartelas agora vale 10 pontos, sendo suficiente um sorteio no semestre;
- A Ação 2.02 referente a sorteio usando a plataforma do NFG mudou a sistemática de pontuação e agora atribui a pontuação de 3 pontos para cada mês que tiver sorteio, podendo o município atingir a pontuação máxima de 18 pontos no semestre. Atualmente, 400 municípios gaúchos utilizam a plataforma NFG para sorteios;
- A Ação 2.03 agora é uma única ação de divulgação tanto para mídias digitais quanto para mídias impressas; • Foram excluídas e agora NÃO pontuam mais neste Grupo as Ações de participação em eventos do NFG e nem a realização de atividades de sensibilização do Programa NFG;
- No lugar, entraram duas ações que serão calculadas pela Receita Estadual, ficando o município dispensado da comprovação, são elas: Incentivar a emissão de documentos fiscais com CPF e Incentivar o cadastramento no Programa NFG.

Ao Grupo III - Comunicação de Verificação de Indícios – CVI serão atribuídos, no máximo, 10 (dez) pontos, dobrando a pontuação de antes. Além desta alteração, uma grande demanda dos municípios foi atendida nesta atualização do PIT: a partir de agora a quantidade mínima de CVIs que o município deve emitir por semestre será proporcional ao número de inscrições estaduais registradas no município, iniciando em 1 CVI para municípios com até 40 ICSs escalonando até 20 CVIs para municípios com mais de 1300 ICSs.

O Grupo IV - SITAGRO - Gestão de Informações do Setor Primário perdeu 5 pontos, e agora a este grupo de ações serão atribuídos, no máximo, 10 (dez) pontos. 496 municípios gaúchos pontuam nesta ação.



Novo PIT

E o último, Grupo V - Programa de Combate à Sonegação - Turma Volante Municipal – TVM, teve sua pontuação aumentada em 5 pontos, e agora tem a pontuação máxima de 25 pontos com um universo possível de 36 pontos. Neste grupo houve uma reformulação grande e ele passa a ser formado por 03 ações: Circulação Municipal – CM, Circulação Extramunicipal – CE, e Registros de Passagem – RP. Houve também atualização quanto à vigência dos Certificados para agentes de TVM. O grande destaque é, no entanto, referente aos Registros de Passagem.

- A pontuação da ação relativa aos Registros de Passagem – RPs será calculada com base em uma quantidade mínima de RPs por município, no mês, de acordo com a população do município, iniciando em no mínimo 200 RPs para municípios com até 5 mil habitantes escalonando até no mínimo 1 mil RPs para municípios com mais de 200 mil habitantes. Esta também é uma demanda atendida pela Receita Estadual e repercute no benefício de R\$ 3.000,00 (três mil reais), em cada mês de atuação, aos municípios que realizarem as quantidades mínimas de RPs definidas.



NOVO
PROGRAMA DE

**INTEGRAÇÃO
TRIBUTÁRIA**

Confira o texto integral sobre os 5 Grupos do novo PIT em

<http://www.educacaofiscal.rs.gov.br/noticias/2023/06/conheca-o-novo-programa-de-integracao-tributaria-pit/>

Marco histórico do PIT

Programa de Integração Tributária registra marco histórico e atinge 100% de adesão dos municípios gaúchos

Pela primeira vez na história, o Programa de Integração Tributária (PIT) passou a ter a participação de 100% dos municípios gaúchos. O marco foi atingido com o ingresso das seis prefeituras que ainda não tinham renovado sua adesão à iniciativa: Lagoão, Pinto Bandeira, Dom Pedro de Alcântara, Santana da Boa Vista, São José dos Ausentes e Xangri-Lá. Com isso, todas as 497 cidades gaúchas são, agora, integrantes do programa.

A adesão voluntária dos municípios ao PIT é feita por meio de convênio entre o Estado e a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs). Coordenado pela Receita Estadual, o programa busca incentivar e avaliar as ações municipais de interesse mútuo com o Estado para o crescimento da arrecadação do ICMS.

O resultado é fruto de ação conjunta da Receita Estadual, por meio da Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios (DRCM), com o Tribunal de Contas do Estado. Ao longo do ano de 2023, as instituições fizeram uma força tarefa junto às prefeituras.

O coordenador do PIT na Receita Estadual, Décio Gardel Rauber, destaca que os esforços buscaram promover a essência da iniciativa: “Quando um município participa do programa e desenvolve as ações, ele tem o seu desempenho em pontos revertido em recurso financeiro para a gestão municipal. Isso repercute diretamente nos serviços públicos prestados à sociedade, reforçando também o compromisso da Receita Estadual com a comunidade gaúcha”.

A pontuação no PIT corresponde a 0,5% do Índice de Participação dos Municípios (IPM), que é o indicador utilizado para determinar a quota-parte de cada um dos municípios gaúchos sobre as receitas do ICMS. A partir de 2025, esse percentual de distribuição terá aumento progressivo anual de 0,1 pontos percentuais, até chegar a 1% em 2029.



Curso GRM

Curso Gestão das Receitas Municipais forma mais de 300 servidores municipais

Foram concluídas em 2023 as dez turmas do curso “Gestão das Receitas Municipais”, com 309 alunos aprovados. O curso foi uma iniciativa inovadora da Receita Estadual, construído com o propósito de subsidiar os municípios para que estes possam potencializar os repasses recebidos do Estado e também melhorar o seu desempenho no PIT através do incremento na pontuação com ações de Educação Fiscal e combate à sonegação fiscal.

450 servidores municipais, de 317 municípios gaúchos, participaram da formação, que registrou um índice de 64% de aprovação. Todas as turmas foram realizadas na plataforma EAD Receita Estadual, com aulas no formato à distância, divididas em quatro módulos, e encontros síncronos semanais durante o período do curso.

O Manual de Auditoria das Receitas Municipais Partilhadas pelo Estado do Rio Grande do Sul, que baseou o conteúdo do curso e traz um conjunto de orientações e atividades com base no Programa de Integração Tributária (PIT), está disponível para download no site da Receita Estadual ([link](#)).

De acordo com Décio Rauber, chefe da Seção PIT, o curso foi uma proposta inovadora da Receita Estadual reforçando o compromisso do PIT de parceria entre Estado e Municípios, pois somando esforços para que os municípios possam ter maior arrecadação, isso repercute diretamente nos serviços públicos prestados à sociedade.



Sapiência e Enrolado

Ao completar 20 anos, Programa de Educação Fiscal do RS explora a arte como ferramenta de aprendizagem e transformação social

No ano de seu vigésimo aniversário, o Programa de Educação Fiscal do RS inovou ao trazer uma abordagem multissensorial, com leitura, música e vídeo, para trabalhar a cidadania fiscal nas salas de aula gaúchas. O projeto começou em setembro com a contratação do cantor, compositor, escritor e filósofo Rodrigo Munari, para produção de materiais de apoio para estimular a aprendizagem lúdica do tema.

A iniciativa apostou na arte como ferramenta de ensino e transformação social com a distribuição de 10 mil exemplares do livro "Sapiência e Enrolado", criado especialmente para abordar a educação fiscal, e também para o fornecimento de um clipe de animação baseado na versão cantada da história e de 20 palestras musicadas.

A proposta pedagógica consiste em estudar o livro em sala de aula, com leitura e debate, mas extrapola esse ambiente ao oferecer aos alunos a oportunidade de participar de uma apresentação artística, envolvendo a música. Os materiais ficarão nas bibliotecas das escolas, a fim de que a experiência didática possa ser repetida em outras Turmas ao longo dos anos.

"Com esta ação estamos buscando atingir e sensibilizar os professores, oferecendo um material complementar para abordar a temática da educação fiscal em sala de aula, mas também alcançar os alunos, proporcionando uma vivência artística e cultural", explicou o chefe da Seção PIT, Décio Rauber, que atua na Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios da Receita Estadual.



[Assista ao clipe](#)

Sapiência e Enrolado

Projeto “Sapiência e Enrolado” esteve em 20 municípios gaúchos e reuniu mais de 6 mil alunos nas palestras musicadas

O livro “Sapiência e Enrolado” nasceu da necessidade de desenvolvimento de uma consciência social, fiscal, coletiva e cidadã nas crianças. Organização social, cidadania, solidariedade, tributos e seus benefícios para a melhoria da coletividade são alguns dos assuntos abordados. A história também possui uma versão cantada e, baseado nessa música, há um clipe de animação com os personagens do livro, para complementar o aprendizado.

No livro, o rio Precioso conta a história de dois povoados que foram se constituindo nas suas margens: Sapiência e Enrolado. No primeiro, a sociedade entende a importância dos tributos e vive em harmonia, com justiça e acesso a serviços. No segundo, há sonegação e uma vida com desequilíbrio e egoísmo. Trata-se de um livro sobre cidadania e no final da obra há uma pergunta para que o aluno possa fazer a si próprio sobre qual tipo de lugar ele quer para si, instigando o pensamento crítico.

20 municípios de diferentes regiões geográficas do RS receberam a palestra musicada com o cantor, compositor, escritor e filósofo Rodrigo Munari, e exemplares do livro que ficarão nas bibliotecas das escolas, a fim de que a experiência didática possa ser repetida em outras turmas ao longo dos anos.

Em dois meses, entre as datas de 26 de setembro e 29 de novembro, mais de 6 mil alunos do Ensino Fundamental das cidades de Barra do Quaraí, Brochier, Caçapava do Sul, Candiota, Canguçu, Capão do Leão, Casca, Esmeralda, Gaurama, Gramado Xavier, Guaíba, Guaporé, Humaitá, Jaquirana, Palmares do Sul, Santa Vitória do Palmar, Santana do Livramento, Santiago, São Leopoldo, e Vitória das Missões estiveram presentes nas palestras musicadas realizadas pelo projeto.



Um vídeo com momentos do projeto está disponível no link <https://youtu.be/jGTMAGrSBvc>

Congresso Latino-Americano

Receita Estadual promove 1º Congresso Latino-Americano de Educação Fiscal

Promovido pela Receita Estadual, com palestras abrangendo temas como orçamento público, tecnologia e formação humana, o 1º Congresso Latino-Americano de Educação Fiscal ocorreu entre os dias 23 e 24 de novembro em Porto Alegre. Realizado na Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS), o evento fez parte das ações de comemoração de 20 anos do Programa Estadual de Educação Fiscal (PEF/RS). Regulamentado pela Lei 11.930/2003, o PEF/RS integra um conjunto de iniciativas legais que buscam fortalecer a cidadania fiscal no Rio Grande do Sul.

O evento proporcionou um momento de imersão nos desafios e nas perspectivas da difusão do conhecimento tributário para os próximos anos e provocou reflexões acerca do papel pedagógico dos projetos de cidadania tributária nos estados e em outros países. A edição contou com a participação de quase 500 inscritos e uma gama variada de oportunidades de aprendizado.

A programação do evento no primeiro dia foi marcada por palestras e painéis de discussões, além da apresentação do livro "Sapiência e Enrolado".

Já o segundo dia, somente no turno da manhã, contou com duas palestras internacionais e uma mesa redonda sobre os desafios e perspectivas na difusão da educação fiscal, além da apresentação do livro "O Jardim dos Tributos".

Durante a abertura, o secretário adjunto da Fazenda, Itanielson Dantas Cruz, valorizou as duas décadas do programa: "A educação fiscal é essencial para a gente conseguir uma tomada de decisões consciente e bem-informada", frisou. Coordenador do Grupo Estadual de Educação Fiscal, João Carlos Loebens destacou o trabalho conjunto com os municípios.



"A missão do programa é ser agente transformador na promoção de uma sociedade livre, justa e solidária. A educação fiscal é um instrumento, uma ferramenta que nos ajuda a entender a sociedade e o mundo em que vivemos. Para a sociedade funcionar, é preciso ter tributo. O tributo é o que viabiliza o convívio social. E para conhecer, é necessário ter acesso", afirmou Loebens.

Congresso Latino-Americano

Links:

Notícias no site de Educação Fiscal:

[Palestras, painéis e apresentação de livro marcam início do 1º Congresso Latino-Americano de Educação Fiscal](#)
[Congresso aprofunda debate sobre o papel da educação fiscal no desenvolvimento de políticas públicas](#)

Gravação do Congresso

[1º Congresso Latino Americano de Educação Fiscal - 23/11/2023 \(manhã\) - 1/2](#)
[1º Congresso Latino Americano de Educação Fiscal - 23/11/2023 \(manhã\) - 2/2](#)
[1º Congresso Latino Americano de Educação Fiscal - 23/11/2023 \(tarde\) - 1/3](#)
[1º Congresso Latino Americano de Educação Fiscal - 23/11/2023 \(tarde\) - 2/3](#)
[1º Congresso Latino Americano de Educação Fiscal - 23/11/2023 \(tarde\) - 3/3](#)
[1º Congresso Latino Americano de Educação Fiscal - 24/11/2023 \(manhã\) - 1/3](#)
[1º Congresso Latino Americano de Educação Fiscal - 24/11/2023 \(manhã\) - 2/3](#)
[1º Congresso Latino Americano de Educação Fiscal - 24/11/2023 \(manhã\) - 3/3](#)

Palestras gravadas:

Palestra do Adrián Falco Palestra “Educación Fiscal en América Latina”, Adrian Falco (Red de Justicia Fiscal de América Latina y el Caribe) - <https://www.youtube.com/watch?v=KSN-QtyjhEc>
Palestra do CLAD Palestra virtual “Los impuestos, servicios y función social en la Administración Pública”, D. Francisco Javier Velázquez López (Secretario General del Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo – CLAD) - <https://youtu.be/UxWw2X32qR8>

Arquivos das palestras

[Apresentação do livro “Sapiência e Enrolado” - Rodrigo Munari](#)

[Abuso fiscal global: escala, causas, e o que podemos fazer - Florencia Lorenzo \(Tax Justice Network - TJN\)](#)

[Painel GT66 no Congresso Latino-americano de Educação Fiscal](#)

[Apresentação do Prêmio Nacional de Educação Fiscal – Febrafite](#)

[Palestra “O orçamento público como garantia dos direitos fundamentais”, Livi Gerbasi \(Centre for International Corporate Tax Accountability and Research - CICTAR\)](#)

[Mesa redonda “Desafios e perspectivas na difusão da Educação Fiscal”, Rosa Angela Chieza \(Coordenadora do curso de extensão da UFRGS\) e Leila Hammes \(Coordenadora do curso de extensão da Univates\)](#)

[Apresentação do livro “O Jardim dos Tributos”, Patrícia Luciene de Albuquerque Bragamonte](#)

Congresso Latino-Americano

Palestras, painéis e apresentação de livro marcam início do 1º Congresso Latino-Americano de Educação Fiscal

Em seu primeiro dia, o 1º Congresso Latino-Americano de Educação Fiscal apresentou aos quase 500 inscritos uma gama variada de oportunidades para aprender. A programação do evento no dia 23 de novembro contou com palestras e com painéis de discussões, além da apresentação de um livro sobre a temática.

O congresso, promovido pela Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz) por meio da Receita Estadual, ocorreu no Teatro da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre, e fez parte das ações de comemoração de 20 anos do Programa Estadual de Educação Fiscal (PEF/RS). Regulamentado pela Lei 11.930/2003, o PEF/RS integra um conjunto de iniciativas legais que buscam fortalecer a cidadania fiscal no Rio Grande do Sul.

Durante a abertura, o secretário adjunto da Fazenda, Itanielson Dantas Cruz, chamou a atenção para a conquista das duas décadas

do programa, que lida com um assunto difícil, mas de interesse da população e de quem está tomando decisões para a sociedade.

“A educação fiscal é essencial para a gente conseguir uma tomada de decisões consciente e bem-informada”, frisou.

Coordenador do Grupo Estadual de Educação Fiscal do Estado, o auditor-fiscal João Carlos Loebens destacou o trabalho conjunto com os municípios e as novidades buscadas: “A missão do programa é ser agente transformador na promoção de uma sociedade livre, justa e solidária. A educação fiscal é um instrumento, uma ferramenta que nos ajuda a entender a sociedade e o mundo em que vivemos”.

Ele explicou as diferenças entre termos frequentemente confundidos: educação fiscal e educação financeira. A primeira é relacionada a orçamento e aos tributos, enquanto a segunda está mais ligada à pessoa física. “Para a sociedade funcionar, é preciso ter tributo. O tributo é o que viabiliza o convívio social. E para conhecer, é necessário ter acesso”, reforçou o auditor-fiscal.

Congresso Latino-Americano

Sapiência e Enrolado

A primeira apresentação do dia foi a do cantor, compositor, escritor e filósofo Rodrigo Munari, que falou – e cantou – sobre o livro “Sapiência e Enrolado”, distribuído em escolas. A obra foi idealizada pelo PEF/RS a partir de uma necessidade de desenvolvimento de uma consciência social, fiscal, coletiva e cidadã nas crianças.

No livro, o rio Precioso conta a história de dois povoados que foram se constituindo nas suas margens: Sapiência e Enrolado. No primeiro, a sociedade entende a importância dos tributos e vive em harmonia, com justiça e acesso a serviços. No segundo, há sonegação e uma vida com desequilíbrio e egoísmo.

“Mais do que tudo, esse é um livro sobre cidadania, porque esse conceito de educação fiscal não pode deixar de ser atrelado à palavra cidadania. No final da obra, há uma pergunta para que o aluno possa fazer a si próprio: que tipo de lugar eu quero para mim? Essa é uma possibilidade de instigar o pensamento crítico”, relatou Munari.

Após cantar e tocar a música criada especialmente para a história, interagindo com a plateia, o escritor explicou que o grupo está visitando 20 municípios gaúchos divulgando a obra e buscando, de forma lúdica, fazer com que estudantes compreendam a ideia. “Fico pensando em como a gente pode tocar o aluno, como a gente pode se comunicar. Tem dado muito certo o processo de unir música e literatura, porque a arte é a potência da linguagem”, finalizou.

Palestras com perspectiva internacional

Após as apresentações, o evento contou com palestras feitas por pesquisadores que representam instituições internacionais. A primeira delas foi a do argentino Adrián Falco, secretário da Rede de Justiça Fiscal da América Latina e Caribe (Red de Justicia Fiscal de América Latina y el Caribe), que deixou sua manifestação gravada.

Destacando a necessidade de a justiça fiscal permear toda a sociedade, engajando governo, movimentos sociais e partidos políticos, Falco falou sobre um projeto conduzido pela rede em parceria com outras instituições da América Latina. O objetivo é fazer com que as pessoas entendam que a justiça fiscal não é um tema somente de técnicos ou analistas especializados: “É um tema que nos atravessa permanentemente e que, de alguma maneira, acaba por orientar, para um lado ou para outro, nossas possibilidades de desenvolvimento em nossos países. E esse projeto tem a ver com, justamente, entender como fazemos para aumentar o financiamento para que haja uma educação de qualidade na nossa América Latina e no Caribe. É tratando de melhorar e aumentar a arrecadação tributária”, defendeu.

O projeto está sendo desenvolvido na Argentina, Paraguai, Peru, Colômbia, República Dominicana e Guatemala, e a intenção é trazê-lo também para o Brasil. O pesquisador explicou que a relação entre a justiça fiscal e o direito humano à educação tem duas direções: a do curto e a do longo prazo.

Congresso Latino-Americano

No curto prazo, a justiça fiscal precisa dispor de mais recursos, como impostos diretos e progressivos, e, para isso, é preciso lutar contra os mecanismos que as empresas utilizam para reduzir seus impostos e enviar esse dinheiro para paraísos fiscais.

“Se conseguirmos isso no curto prazo, no longo prazo vamos ter uma melhora nos níveis de segurança social, nos níveis de alívio da dívida e nos níveis de geração da resiliência necessária contra as políticas de ajustes. A América Latina e o Caribe são uma região de permanentes ajustes de gastos públicos, que vão nos levando a reduzir os serviços, tanto da saúde quanto da educação”, explicou.

Quem também palestrou no primeiro dia foi a brasileira Florencia Lorenzo, pesquisadora sênior que representou a Rede de Justiça Fiscal (Tax Justice Network – TJN), fundada no Reino Unido. Com a apresentação intitulada “Abuso fiscal global: escala, causas e o que podemos fazer”, ela chamou a atenção para o fato de que, historicamente, as regras tributárias internacionais são definidas por países ricos, que resultam em uma cooperação assimétrica e, nas palavras de Florencia, injusta.

“São regras muitas vezes capturadas por interesses de uma minoria, com dinâmicas de competição tributária (em que os países buscam baixar alíquotas para atrair capital externo) e também brechas e lacunas de transparência que permitem abusos.

Por isso é importante pensarmos em estratégias e políticas para melhorar o espaço fiscal, tornando-o mais responsivo para demandas da sociedade”, defendeu.

A pesquisadora apresentou rankings dos principais países fornecedores de sigilo financeiro e dos maiores facilitadores do abuso fiscal, destacando que, com o crescimento econômico-financeiro, os abusos e paraísos fiscais passaram a ser um problema para os próprios países ricos. O TJN busca fornecer ferramentas e mapeamentos que permitam entender, de forma mais concreta, quem é responsável pela situação e como esse problema pode ser solucionado.

“No total, 480 bilhões de dólares se perdem todos os anos por abuso tributário em escala global. Isso significa que, se nada for modificado, vamos perder ainda mais dinheiro, que poderia ser usado para financiar políticas públicas – e não só financiar, mas financiar de forma mais progressiva”, concluiu.

Congresso Latino-Americano

Discussões

No turno da tarde, após a apresentação do coral da Sefaz, os destaques foram quatro painéis, que buscaram discutir diferentes temas ligados à ideia do evento. Os grupos contaram com representantes de diferentes estados do país, integrantes do GT-66, do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). O primeiro, intitulado Formações de Disseminadores de Educação Fiscal, contou com a participação de Loebens (RS) e de José Humberto Corrêa de Miranda (Goiás), além do debatedor Cícero Roberto de Melo (Distrito Federal).

O segundo – Transversalidade e Estratégias de Inserção Curricular – foi protagonizado por Vinícius de Queiroz Castanheira (Minas Gerais) e Marinéa do Socorro Carvalho dos Santos (Pará), além do debatedor Artur Viana (Espírito Santo). O terceiro tratou da Relação Institucional entre as Secretarias de Fazenda e de Educação, com Eliane Dias, Rosemberg Pinheiro e Mota e Vanézia Luz (Rio Grande do Norte), Cícero Roberto de Melo (Distrito Federal) e a debatedora Maria Alcionéa Machado de Castro (Piauí). Por fim, o painel Educação Fiscal nas Redes Sociais teve a participação de Clarissa Cavalcante Barroso (Ceará), Andreia Gomes Feitosa (Tocantins) e o debatedor André Luiz Souza Aguiar (Bahia).

Na parte final do evento, servidores da Sefaz entregaram uma homenagem à auditora-fiscal aposentada Sílvia Grewe, coordenadora do PEF/RS em seus primeiros anos. Emocionada, ela agradeceu aos colegas que contribuíram e ainda contribuem após 20 anos de vida do programa. “Agradeço a quem sempre acreditou que a educação fiscal é o caminho para termos uma sociedade participativa e um país melhor para se viver. É um sonho termos a continuidade desse programa, porque sabemos que a educação fiscal tem que ser permanente para uma mudança de cultura”, disse.



Congresso Latino-Americano

Congresso aprofunda debate sobre o papel da educação fiscal no desenvolvimento de políticas públicas

Com palestras abrangendo temas como orçamento público, tecnologia e formação humana, o 1º Congresso Latino-Americano de Educação Fiscal, realizado na Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS), em Porto Alegre, proporcionou um momento de imersão nos desafios e nas perspectivas da difusão do conhecimento tributário para os próximos anos. Promovido pela Receita Estadual, o evento também provocou reflexões acerca do papel pedagógico dos projetos de cidadania tributária nos estados e em outros países.

Trazendo uma visão sobre a função social do orçamento público, a mestre em economia Livi Gerbase explicou as relações existentes entre o gasto público e a atividade de arrecadação dos estados. Livi apresentou um retrospecto recente das políticas fiscais do governo federal, que, até o ano passado, fazia uso do chamado "teto de gastos", vinculando o volume da despesa pública à inflação oficial do país registrada no ano anterior. Com o novo arcabouço fiscal, aprovado pelo Congresso no primeiro semestre deste ano, a regra vigente flexibiliza o limite do gasto, atrelando as despesas às receitas que ingressaram nos cofres no ano anterior.

“É cada vez mais necessário entrelaçar os olhares da arrecadação com o gasto público. Os dois elementos estão conectados. O grande desafio, no entanto, é desenvolver políticas públicas com arrecadação de impostos progressivos, promovendo a justiça fiscal. O orçamento público, portanto, deve prever aplicação de recursos que garantam os direitos fundamentais da população”, avalia Livi, que atualmente integra a equipe do Centre for International Corporate Tax Accountability as Research (Cictar).

Segundo a palestrante, o Estado precisa se esforçar para aplicar a totalidade dos recursos públicos disponíveis em políticas públicas efetivas, abrindo caminhos para tornar críveis os direitos previstos na Constituição Federal.



“Devemos construir as políticas públicas com a participação da população, inclusive nas fases de monitoramento e avaliação dos programas e projetos”, salienta.

Congresso Latino-Americano

Outro ponto destacado no congresso foi o uso de ferramentas tecnológicas e inteligência artificial na administração pública. Fernando López, secretário-geral do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento, ressaltou a necessidade de digitalizar gradualmente o serviço público, mas de forma organizada e não excludente.

“Não podemos digitalizar o serviço público a todo custo. Isso deve ser feito de forma ordenada, tendo em mente que não podemos esquecer das pessoas que ainda precisam da presença humana para solucionar problemas”, avalia o gestor da entidade dedicada, entre outros assuntos, à função social dos tributos. Para López, a administração pública não pode menosprezar parte da sociedade que não acompanha a velocidade do avanço tecnológico.

Educação na prática

Em outro painel, as educadoras Angela Chieza, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e Leila Hammes, da Universidade do Vale do Taquari (Univates), aprofundaram a análise sobre os desafios e as perspectivas da difusão da educação fiscal no âmbito do Ensino Superior. Com apoio da Receita Estadual, ambas as universidades vêm implementando cursos de extensão na área de cidadania fiscal, segmento que está ampliando o leque de estudos e angariando mais alunos.

Segundo as professoras, as barreiras a serem ultrapassadas são a desmistificação dos tributos e a conscientização sobre a sua importância, além de diversificar as ações de educação fiscal e ampliá-las dentro do currículo do Ensino Fundamental.

O público também teve a oportunidade de assistir à apresentação do livro Jardim dos Tributos, obra criada pela escritora Patrícia Bragamonte e pela ilustradora Sofia Farret, estagiária de design da Secretaria da Fazenda do RS.

Com uma linguagem simplificada e didática, direcionada para a atividade escolar, a publicação narra metaforicamente a cooperação firmada entre insetos que habitam um jardim. Por conta de um inverno rigoroso, o grupo decide destinar parte de suas rendas a investimentos em melhorias coletivas, como a instalação de quebra-ventos e drenagem do jardim, além da construção de moradias dignas para as cigarras. O e-book é gratuito e está disponível para download no site da obra.

Mídia e Imprensa



Duas décadas de
disseminação da

CIDA DANIA FISCAL

em solo gaúcho

"Mesmo passados 20 anos, os desafios permanecem, mas continuamos com a mesma convicção do início: a Educação Fiscal é um caminho para a construção de um futuro melhor para sociedade"

REVISTA RS360 • Os Indicadores econômico tributários do Rio Grande do Sul

[REVISTA 360 - Receita.doc \(sefaz.rs.gov.br\)](http://sefaz.rs.gov.br)

despesas (ou gastos) e, por outro lado, pelas receitas públicas (basicamente, impostos)", pontua.

"Para muitas atividades, se utiliza um orçamento: festa de aniversário, construção ou viagem. O equilíbrio entre os dois lados do orçamento é regra do jogo, e para tanto é necessário buscar o controle sobre as receitas e as despesas", exemplifica o auditor-fiscal. Ele observa que, neste sentido, para alcançar o "necessário e almejado controle", é preciso conhecer os itens, quantidades, valores e demais informações que integram

o orçamento. "E, para conhecer, é necessário ter acesso, onde entra em cena a figura da também necessária transparência", ressalta. "Somente controlo aquilo que conheço, e somente conheço aquilo que tenho acesso – por isso a Educação Fiscal é tão importante."

"A Educação Fiscal é um caminho para a construção de um futuro melhor para sociedade."



Ao lembrar que o ser humano é um ser essencialmente social, sendo praticamente impossível a vida sem interação com algum grupo, o auditor-fiscal e coordenador do Grupo Estadual de Educação Fiscal (GEFE-RS) João Carlos Loebens argumenta que "na organização dos grupos sociais, em qualquer lugar do mundo e desde o início da Humanidade, existem as necessidades comuns". Um exemplo disso são estradas, que têm um custo de abertura e manutenção.

"Em um acordo de mínimos, poderíamos dizer que todos almejam um convívio social harmônico." Isso passa – por exemplo – pela administração do orçamento público de construção e manutenção das estradas, com a definição das responsabilidades de cada um, tanto pelo lado do dever de contribuir com o pagamento para

construção ou manutenção (receita pública), como pelo lado do direito de uso das estradas (despesa/gasto público), seja para lazer ou seja para trabalho, destaca o gestor. "Nesse sentido, a Educação Fiscal ajuda no entendimento de como funciona e se organiza a sociedade, desempenhando um papel fundamental para que uma sociedade alcance o convívio social, e que seja o convívio mais harmônico possível."

Como o objetivo do Programa de Educação Fiscal do Rio Grande do Sul (PEF/RS) é propiciar a participação do cidadão no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controle social e fiscal do estado, anualmente a equipe responsável na RE divulga o Relatório de Atividades, onde apresenta as ações que foram desenvolvidas no ano e os resultados atingidos. "O

Inserido no Programa de Integração Tributária Estado e Municípios (PIT), há 20 anos o Programa de Educação Fiscal do Rio Grande do Sul (PEF/RS) dissemina a cidadania em solo gaúcho. "Em junho de 2023, comemoramos duas décadas de uma trajetória de muito diálogo, aprendizado, desafios e conquistas", destaca o auditor-fiscal da Receita Estadual e coordenador do Grupo Estadual de Educação Fiscal (GEFE-RS), João Carlos Loebens. "Agora que chegamos, por assim dizer, na 'juventude' do projeto, avaliamos que era o momento ideal para refletir não só sobre o passado, mas também sobre o futuro", emenda.

Loebens conta que a iniciativa está passando por uma "renovação": em 2023, toda a equipe começou um processo de avaliação e reflexão para construir o planejamento estratégico do Programa, aumentando o senso de propósito e motivação para desenvolvimento dos trabalhos. "Foi assim que definimos a nova missão do PEF/RS, que é 'ser agente transformador na promoção de uma sociedade livre, justa e solidária', alinhada ao artigo terceiro da Constituição", destaca.

A visão do PEF/RS também foi renovada com o propósito de "levar o programa de Educação Fiscal para os segmentos empresarial, educacional e organizações da sociedade civil". A base dessas definições encontra-se nos valores da Transparência, Ética e Integridade, Cidadania, Solidariedade e Conhecimento. Imbuída da nova missão, a equipe está focada em aprender com



as experiências anteriores e trazer novidades para este novo ciclo, garante o auditor-fiscal da RE. Ele explica que o Programa tem recursos do Profisco II-RS e informa que estão sendo viabilizados novos projetos pedagógicos e melhorias no ambiente de aprendizagem da plataforma de ensino a distância do Programa – ferramenta considerada fundamental em uma era digital – destinada a organizar os cursos e ampliar o alcance tanto em termos geográficos como em quantidade de pessoas.

"Mesmo passados 20 anos, os desafios permanecem, mas continuamos com a mesma convicção do início: a Educação Fiscal é um caminho para a construção de um futuro melhor para sociedade", afirma Loebens. O coordenador do GEFE-RS avalia que o processo é um instrumento para entender a sociedade e o mundo em que vivemos. "O termo 'fiscal' remete o pensamento primeiramente para a figura da pessoa que fiscaliza e multa. No entanto, quando falamos de Educação Fiscal, o termo fiscal se refere ao orçamento fiscal, integrado, por um lado, pelas

"Agora que chegamos na juventude do projeto, avaliamos que era o momento ideal para refletir não só sobre o passado, mas também sobre o futuro."

site de Educação Fiscal reúne as informações e conteúdo que disponibilizamos, inclusive os relatórios para download”, sinaliza Loebens.

“Quando trabalhamos com a Educação Fiscal, os resultados diretos às vezes são mais difíceis de identificar ou são considerados intangíveis”, esclarece. “Não existe uma régua ou um indicador de mensuração do objetivo de consciência voltada ao exercício da cidadania, mas temos ações de sensibilização sobre o assunto, capacitação de professores para trabalharem o tema em sala de aula, distribuição de material de apoio pedagógico, e neste sentido podemos destacar os resultados do ano passado”, pondera. Segundo Loebens, **em 2022, a meta anual de capacitação em Educação Fiscal foi atingida em 99,4%, faltando apenas nove pessoas para atingir o indicador de 9 mil gaúchos sensibilizados com ações de capacitação em temas da cidadania fiscal, abrangendo as atividades de eventos e cursos promovidos pela Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios (DRCM).**

Ao todo, foram oferecidos dez cursos em EAD, distribuídos em 28 turmas ao longo do ano, e realizados dois cursos de extensão em parceria com universidades (UFRGS e Univates), totalizan-

do nesta modalidade mais de 5,8 mil inscritos. Também foram promovidos eventos presenciais e virtuais, como webinários, seminários e transmissão da aula inaugural do curso de extensão, que certificaram mais de 3 mil pessoas. “Em março foram impressos 53 mil exemplares dos cadernos pedagógicos de Educação Fiscal *Aprendendo a ser Cidadão*, sendo que, até dezembro, 50,3% deles foram distribuídos para 105 municípios gaúchos que solicitaram e apresentaram projeto com previsão de abordagem do tema e uso dos cadernos em sala de aula”, acrescenta o coordenador do GEFE-RS.

Outro destaque do ano foi a formação de tutores em Educação Fiscal, sendo que 17 tutoras concluíram o curso inédito promovido pela Receita Estadual, em um treinamento que contou com a participação de 906 professores. “Em 2023 também fizemos pela primeira vez uma pesquisa sobre a efetividade das ações de Educação Fiscal”, destaca Loebens. O objetivo, segundo relata, foi identificar os pontos fortes e as oportunidades de melhoria existentes e, a partir dos resultados, foram elaboradas as novas estratégias para os próximos anos do Programa de Educação Fiscal do Rio Grande do Sul.

Em 2022, a meta anual de capacitação em Educação Fiscal foi atingida em 99,4%.



PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO TRIBUTÁRIA

A Educação Fiscal é uma das ações que integram o Programa de Integração Tributária Estado e Municípios (PIT), resultando na atuação conjunta dos servidores da Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios (DRCM) com servidores municipais, tanto da Fazenda como da Educação.

“Temos também quase 1,5 mil professores formados no curso de Educação Fiscal na Base Nacional Comum Curricular”, comenta o auditor-fiscal da Receita Estadual e coordenador do Grupo Estadual de Educação Fiscal (GEFE-RS), João Carlos Loebens. Lançado em 2021, o curso é uma formação com tutoria que ocorre de forma remota, pela plataforma Receita EAD, destinado aos professores que atuam nas diferentes etapas da Educação Básica. Composto de quatro módulos, tem como atividade de conclusão a elaboração de um plano de aula a ser aplicado com os alunos, realizando de forma transversal a Educação Fiscal em sala de aula. “Os professores são nossos grandes parceiros e contamos, inclusive, com colegas aposentados que são docentes voluntários nos cursos de extensão.”

Ao avaliar a importância do serviço público quando se fala em viabilizar o convívio social harmônico, de forma que todos possam cumprir sua cidadania, Loebens comenta que “embora seja relativamente comum ver aplausos a discursos contrários ao Estado e aos tributos, não existe no mundo uma sociedade que consiga viver sem uma organização política, estruturada através de

um Estado, nos seus diferentes formatos, e da cobrança de tributos para custear as despesas comuns à convivência”. “O desejo normal é querer viver e conviver de forma segura e tranquila, necessitando, para isso, um ente que assuma esse papel de regulação e segurança, principais funções do serviço público, viabilizadas pela cidadania presente no comportamento dos integrantes dessa sociedade”.

Neste sentido, de acordo com Loebens, **na Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios (DRCM) da RE existe uma seção responsável pelo PIT entre o estado e os municípios do RS.** “Como o ICMS, principal imposto do estado, é dividido com os municípios na proporção de 75% e 25%, ambos têm interesse no aumento dessa arrecadação, pois resulta no aumento de recursos públicos para os dois”, observa.

“Os professores são nossos grandes parceiros e contamos inclusive com colegas aposentados que são docentes voluntários nos cursos de extensão.”

TRIBUTOS Programa da Secretaria da Fazenda do RS que promove iniciativas para fortalecer a cidadania fiscal em todo o Estado completou 20 anos

‘Para a sociedade funcionar, é preciso ter tributo’, defende Loebens

CAREN MELLO
caren.mello@jcrs.com.br

Instituído por lei, o Programa Estadual de Educação Fiscal do Rio Grande do Sul (PEF/RS) completou, neste 2023, 20 anos. Além de palestras e cursos, o PEF promove um conjunto de iniciativas que buscam fortalecer a cidadania fiscal em todo o Estado. Apenas neste ano, mais de 27 mil alunos tiveram acesso e trabalharam em um livro lançado pela equipe de coordenação. Há quatro anos, o PEF foi integrado ao Programa de Integração Tributária (PIT), dentro da Receita Estadual, em função da relevância da educação fiscal e, também, pela adesão de escolas e comunidade.

Em comemoração aos 20 anos, em novembro o programa promoveu o 1º Congresso Latino-Americano de Educação Fiscal, reunindo na Pucrs cerca de 500 inscritos para palestras de representantes de vários países onde também são desenvolvidos programas semelhantes. Na abertura, o secretário-adjunto da Fazenda, Itanielson Cruz, chamou a atenção para a conquista das duas décadas de atividades, lidando com um assunto difícil, mas de interesse da população. Além disso, celebrou o fato de o evento acontecer em um momento em que o Estado discute mudanças na tributação.

O coordenador do Grupo Estadual de Educação Fiscal do RS (GEFE-RS) e representante, no governo federal, na Comissão Técnica Permanente do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (que realiza trabalhos relacionados com a política e a administração do ICMS), João Carlos Loebens falou ao **Jornal do Comércio** sobre a importância do PEF. “Para a sociedade funcionar, é preciso ter tributo. O tributo é o que viabiliza o convívio social. E para conhecer, é necessário ter acesso”, explicou o auditor-fiscal, que lidera o programa há cerca de 5 anos.

JC Contabilidade - Qual é o público-alvo do programa?

João Carlos Loebens - São os servidores municipais, para treinamento e engajamento, como multiplicadores. Nosso público começa pelos

professores, e depois, os alunos e a sociedade, para conscientização e compreensão.

Contab - O conceito de cidadania fiscal ainda não é bem compreendido?

Loebens - Esse conceito vem de Tocqueville (Alexis de Tocqueville, pensador francês, célebre durante a Revolução Francesa, que dizia que o cidadão é o indivíduo dentro do contrato social). Fala de convívio social, da polis, da questão das despesas comuns. Como cidadão, temos que estar ciente dos deveres e dos direitos. Por exemplo: uma estrada é um direito, mas quem paga? Cidadania fiscal é entender a sociedade, como ela funciona e que os tributos são fundamentais para viabilizar o convívio social harmônico.

Contab - O programa fala de orçamento privado e público?

Loebens - Para muitas atividades na vida se utiliza o orçamento, em festa de aniversário, em uma construção, em uma viagem. O equilíbrio entre os dois lados do orçamento é a regra e, para alcançá-lo é necessário buscar o controle sobre as receitas e as despesas. Tanto faz se é orçamento público ou privado. Para se chegar a esse controle, é preciso conhecer os itens do orçamento, quantidades e valores. E, também, ter acesso

so. E para ter acesso, é necessária a transparência. Só controlo aquilo que conheço, e somente conheço aquilo que tenho acesso. Por isso que a educação fiscal é tão importante: para conhecer e controlar o orçamento público de qualquer das entidades que compõe a administração pública.

Contab - Qual a maior dificuldade no entendimento sobre os tributos?

Loebens - Primeiro, é preciso entender a função e a necessidade do tributo. Se não pagar imposto, não vive. A sociedade vira um caos. Imposto é ruim? Não, ele é necessário. Ruim é imposto desviado, mal aplicado. Quando se debate nas rodas de conversa, é comum ouvir discursos contrários ao estado e aos tributos. Existe uma sociedade sem cobrança de tributos? Não existe.

Contab - Como é a adesão a esse programa e quais os conteúdos desenvolvidos?

Loebens - Temos cursos de extensão em parceria com a Ufrgs e a Univates, mas damos cursos em EAD pela própria divisão. No curso passado, por exemplo, em conjunto com a Ufrgs, tivemos 384 alunos da comunidade. As aulas tratam sobre os tipos de tributos, função social e importância, o que é carga tributária, qual é a carga tributária

do Brasil e de outros países e, até, como acessar um site de transparência. Fazemos palestras sobre proteção social para juventude, sociedade e tributação, noções gerais do que é estado, sociedade, direitos sociais e participação popular, gastos públicos e orçamento. Temos o grupo nacional que está construindo um curso de disseminadores na base nacional comum curricular como uma atividade transversal.

Contab - Quem ministra os cursos e que tipo de atividades são desenvolvidas?

Loebens - Os cursos mais reduzidos a gente faz aqui na divisão. O pessoal aqui fica de tutor, elabora o conteúdo, grava a aula e coloca o conteúdo. Tem um fórum em que os responsáveis monitoram, respondem e interagem. A gente tem, por exemplo, o curso técnico de turma volante municipal. Uma das ações de interesse mútuo do PIT é fiscalizar mercadorias sem nota que andam pelo município, através de convênio do Estado com os municípios. É um ganho importante para o município porque aumenta o retorno de ICM. Esse ano como o programa completou 20 anos, a gente fez o 1º Congresso Latino-americano de Educação Fiscal, na Pucrs, com quase 500 participan-



Coordenado por Loebens, o Programa Estadual de Educação Fiscal do Rio Grande do Sul promoveu o 1º Congresso Latino-Americano de Educação Fiscal



A educação fiscal é um caminho para a construção de um futuro melhor para a sociedade em que vivemos

tes e palestrantes internacionais. Temos um projeto com um livro musicado e um clipe. O cantor vai para os municípios em escolas que estão trabalhando com o livro em sala de aula. Temos tido retornos muito positivos.

Contab - A educação fiscal, então, deve ser permanente?

Loebens - A educação fiscal nos ajuda no entendimento de como funciona e se organiza a sociedade, desempenhando um papel fundamental para que uma sociedade alcance o convívio social, e que esse convívio social seja o mais harmônico possível. A educação fiscal é um caminho para a construção de um futuro melhor para a sociedade em que vivemos.

SITES E REDES SOCIAIS

O site de Educação Fiscal (<http://www.educacaofiscal.rs.gov.br/>) tem o objetivo de proporcionar maior interatividade e espaço para o compartilhamento das ações de educação fiscal no Estado, conectando uma rede de pessoas para troca de experiências e conhecimentos sobre o tema. As principais funcionalidades são o calendário de eventos para divulgação de cursos e seminários, os materiais pedagógicos para download e o mapa com a compilação das legislações municipais sobre Educação Fiscal existentes no Estado.

Do dia 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2023, o site registrou 99 mil visualizações de 42 mil usuários.

O Programa de Educação Fiscal também possui uma página na rede social Facebook (@EducFiscalRS). A página tem 2.373 seguidores e no ano de 2023 foram realizadas 40 publicações que alcançaram mais de 14 mil pessoas conforme métrica da própria plataforma.



<http://www.educacaofiscal.rs.gov.br/>



<https://www.facebook.com/EducFiscalRS/>

EXPEDIENTE

Divisão de Relacionamento com
Cidadãos e Municípios (DRCM)
Seção do Programa de Integração Tributária (PIT)

CONTATO: (51) 3214.5020

 drcm@sefaz.rs.gov.br

ENDEREÇO: Caldas Júnior, 120 - 13º andar -
Centro Histórico, Porto Alegre – RS



<http://www.educacaofiscal.rs.gov.br/>